

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL  
CAMPUS PANTANAL  
CURSO DE PSICOLOGIA

BIANCA OLIVEIRA DE LIMA

**A RACIONALIDADE NEOLIBERAL: IMPLICAÇÕES PARA O SOFRIMENTO  
PSÍQUICO DAS MULHERES NEGRAS PERIFÉRICAS, NO MUNICÍPIO DE  
CORUMBÁ-MS**

CORUMBÁ-MS

2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

CAMPUS PANTANAL

CURSO DE PSICOLOGIA

BIANCA OLIVEIRA DE LIMA

**A RACIONALIDADE NEOLIBERAL: IMPLICAÇÕES PARA O SOFRIMENTO  
PSÍQUICO DAS MULHERES NEGRAS PERIFÉRICAS, NO MUNICÍPIO DE  
CORUMBÁ-MS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul –  
Campus Pantanal, como parte das exigências para a  
obtenção do título de bacharel em psicologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Rômulo Ballestê Marques  
dos Santos.

CORUMBÁ-MS

2023

BIANCA OLIVEIRA DE LIMA

**A RACIONALIDADE NEOLIBERAL: IMPLICAÇÕES PARA O SOFRIMENTO  
PSÍQUICO DAS MULHERES NEGRAS PERIFÉRICAS, NO MUNICÍPIO DE  
CORUMBÁ-MS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado a  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como  
parte das exigências para a obtenção do título de  
bacharel em psicologia.

Corumbá-MS, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rômulo Ballestê Marques dos Santos

Orientador

---

Prof. Dr. Luís Fernando Galvão

---

Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Vanessa Catherina Neumann Figueiredo

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que contribuíram para minha trajetória pessoal e acadêmica.

Aos meus pais, Aline Cristina da Silva Oliveira e Reinaldo Nascimento de Souza, que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e encorajando ao longo dessa jornada acadêmica.

À minha avó, Vitória Ricarda da Silva, por ser uma fonte de amor inestimável.

À minha irmã, Júlia Oliveira de Souza, pelo apoio e carinho.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Rômulo Ballestê Marques dos Santos, por acreditar no meu potencial e por aceitar conduzir minha pesquisa, me acolhendo nos momentos difíceis e compartilhando seu conhecimento e experiência em pesquisa científica.

À minha amiga de turma, Thalita Batista Caffé, pelo suporte e os bons momentos que compartilhamos ao longo desses cinco anos de graduação.

Também agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Carolini Cássia Cunha, pelas sábias orientações e por proporcionar que a minha trajetória como estagiária da Clínica-Escola de Psicologia fosse uma experiência prazerosa.

À minha banca, Prof. Dr. Luís Fernando Galvão e Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Vanessa Catherina Neumann Figueiredo, por aceitarem ao convite de compor essa banca e por contribuírem para o aperfeiçoamento dessa pesquisa.

Ao Prof. Dr.<sup>o</sup>. Ilídio Roda Neves, pelos puxões de orelha e pelos anos que estive à frente da monitoria de ensino.

A todos os professores do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus Pantanal.

*Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela.*

Ângela Davis

## RESUMO

Esta pesquisa visa compreender as implicações que o neoliberalismo, na perspectiva de Michel Foucault, uma racionalidade, apresenta para o sofrimento psíquico e para a subjetividade das mulheres negras que residem nas periferias do município de Corumbá. O modelo neoliberal foi implementado nos anos de 1970 e 1980 e, na contemporaneidade apresenta particularidades que fortalecem as desigualdades sociais, principalmente para um público que convive com as descriminalizações étnico-raciais, de gênero, classe e localização territorial, tal como é um caso do objeto de estudo dessa pesquisa. Dessa forma, de modo a compreender as implicações entre a lógica política e econômica, bem como a situação das mulheres negras nas periferias municipais, de maneira específica, foi necessário analisar as bases teóricas desta racionalidade e modo como se apresentam nas políticas de proteção social e na constituição da subjetividade. Dada a complexidade e a especificidade da condição negra feminina periférica, consideramos que o aporte teórico interseccional é interessante para abordar os possíveis impactos que tal racionalidade pode apresentar no cotidiano dessas mulheres. Para isto, realizou-se então, um ensaio-teórico, ao qual revelou uma escassez de informações a respeito das mulheres negras das periferias do município de Corumbá-MS. Concluimos que a carência de dados evidencia uma realidade negligenciada, na qual a responsabilização individual e a descaracterização nas políticas de proteção social exercem papéis fundamentais.

**Palavras-chave:** Desigualdades sociais, Feminismo negro, Neoliberalismo, Sofrimento Psíquico, Corumbá-MS.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>I – A RACIONALIDADE NEOLIBERAL</b> .....	11
1.1 Definição do conceito.....	11
2.3 Neoliberalismo e o sofrimento individual.....	14
<b>II – MULHERES NEGRAS: A EROSÃO DE DIREITOS NAS AGENDAS NEOLIBERAIS</b> .....	17
2.1 Reivindicações das mulheres negras latino-americanas.....	17
2.2 Neoliberalismo e o desmonte da proteção social .....	22
<b>III – MULHERES PERIFÉRICAS NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - MS</b> .....	25
3.1 O Município de Corumbá sob a óptica da racionalidade neoliberal .....	25
<b>IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	31
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	33

## INTRODUÇÃO

Na nova razão do mundo contemporâneo, atravessado pelos modos de controle e de gerenciamento da vida produtiva, o cansaço e o mal-estar permeiam o íntimo do sujeito que inserido nesta engenharia moldada a muitas mãos, busca em si, extrair o máximo de produtividade por meio da performance individual, desconsiderando que demasiadas pressões favorecem uma fratura psíquica e possuem uma íntima relação com o modelo político-econômico em vigência a partir das décadas de 1970 e 1980, o neoliberalismo. Tal arquétipo encontrou no sofrimento individual um meio para potencializar a produtividade, a partir das técnicas de subjetivação e da despolitização da vida social (Safatle, 2020).

No município de Corumbá, Mato Grosso do Sul, considerada uma região periférica, a intensiva neoliberal pode implicar exclusões sociais recorrentes, especialmente para os sujeitos atravessados por discriminações raciais, de gênero, de classe e de territorialidade, como é o caso das mulheres negras que residem nas áreas periféricas no município da cidade estudada. Tal região já exerceu um papel significativo para economia latino-americana. Contudo, na contemporaneidade perdeu a sua ênfase econômica para a capital e limita suas relações comerciais com os territórios nacionais ao entorno e com a Bolívia. Dessa forma, visando quais as implicações que a racionalidade neoliberal pode apresentar para o sofrimento psíquico das mulheres negras que residem nas áreas periféricas em Corumbá, município do interior do Estado de Mato Grosso do Sul?

Este trabalho se justifica, pois, a ofensiva neoliberal vem promovendo uma série de transformações em nossa sociedade, que vão desde o insulto à alta performance e a competitividade até o desmonte das proteções sociais e a ruptura dos laços de solidariedade. É meio a essa nova razão que rege o mundo contemporâneo que se adotam medidas austeras, cujos efeitos podem ser nefastos, principalmente para a população que é alvo das discriminações étnico-racial, de gênero, econômica, também sofrem com os estigmas de localização territorial com é o caso das mulheres negras periféricas. Com uma realidade pouca explorada pela área da Psicologia e meio as várias faces da descriminalização, as mulheres periféricas tem sido pouco estudadas nas suas necessidades, ante a ofensiva da racionalidade neoliberal.

De maneira específica, buscou-se analisar as bases teóricas desta racionalidade e o modo como se apresentam nas políticas de proteção social e na constituição da subjetividade, investigar a especificidade da condição negra feminina periférica, considerando o aporte teórico interseccional e refletir os possíveis impactos que tal racionalidade pode apresentar no cotidiano do público-alvo, resultando em um sofrimento psíquico.

A metodologia utilizada nesta monografia compreendeu um ensaio-teórico, que segundo Meneghetti (2011, p.323) “é um meio de análise e elucubrações em relação ao objeto, independentemente de sua natureza ou característica. A forma ensaística é a forma como são incubados novos conhecimentos, até mesmo científicos ou pré-científicos”.

A base de banco de dados escolhida para construção do embasamento teórico foi a plataforma Scielo. No primeiro semestre de 2023, foram realizados levantamentos a respeito dos periódicos já publicados a partir dos critérios de inclusão: publicações em idioma português e dos seguintes descritores: racionalidade neoliberal *and*. psicologia foram encontradas e selecionadas (4) publicações. Sofrimento mental *and*. governamentalidade foram encontradas e selecionadas apenas (1) publicação. Neoliberalismo no Brasil foram encontradas (111), sendo apenas (2) publicações selecionadas. Neoliberalismo *and*. mulheres foram encontradas (17) publicações, sendo selecionadas (3). Neoliberalismo *and*. Psicologia foram encontradas (33) publicações encontradas, sendo (7) publicações selecionadas.

Para a seleção do material e critério de exclusão, realizou-se uma leitura preliminar estabelecendo o reconhecimento dos materiais e posteriormente, uma leitura aprofundada visando triar os conteúdos de acordo com o grau de relevância para o finalidade do estudo. Ao final, foram utilizados nesta monografia (12) artigos que melhor relacionaram-se com a temática proposta. Além disto, outros recursos contribuíram para a realização desta monográfica, dentre eles: (15) livros, (3) teses, além do levantamento feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A construção da escrita ocorreu no segundo semestre de 2023.

Esta monografia está estruturada em três capítulos, em que o primeiro é destinado a tecer uma apresentação geral sobre as bases teóricas da racionalidade neoliberal, ressaltando tanto os seus princípios norteadores e sua relação com o sofrimento psíquico individual.

No segundo capítulo é abordado o aporte interseccional entre raça, gênero e classe social a partir do referencial teórico proposto pelas feministas negras latino-americanas e as implicações da racionalidade neoliberal para a proteção social.

Já no terceiro capítulo, é feito um panorama a respeito do modo tal racionalidade pode implicar o sofrimento psíquico do público negro feminino que residem nas áreas periféricas do município de Corumbá-MS, a partir de uma breve retrospectiva regional histórica.

## I – A RACIONALIDADE NEOLIBERAL

### 1.1 Definição do conceito

O neoliberalismo, para Vladimir Safatle (2020) corresponde a um modelo político-econômico em vigência desde as décadas de 1970 e 1980. Tal modelo, emerge como uma reconfiguração da vida, do capital e das dimensões sociais na medida que é defendido que o bem-estar individual é alcançado com base na libertação das capacidades individuais de empreender, da concorrência e da propriedade privada. Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016), ignorar o cenário ao qual o neoliberalismo foi fundado e implementado é estar em uma posição de desvantagem a ele, uma vez que isto nos impossibilitaria de uma análise crítica quanto a sua gênese e suas reais ambições. Sob tal perspectiva, propomos uma breve retrospectiva histórica ao contexto produtor do neoliberalismo, para então, compreendê-lo na essência foucaultiana como uma racionalidade.

Em 1938, período que antecede a Segunda Guerra Mundial, Safatle (2020) explica que teóricos como Friedrich Hayek, Milton Friedman, Gary Becker e Ludwig von Mises reuniram-se no Colóquio de Walter Lippmann com o intuito de discorrer o que simbolizava ser o fracasso do liberalismo clássico e a retomada dos governos totalitários. Para esses economistas, tanto o keynesianismo, o socialismo soviético e o nazismo são expressões coercitivas pela qual o Estado exerce uma restrição da potencialidade individual e, neste colóquio, concluem que o fracasso do liberalismo deu-se por considerar que a competitividade, a livre-iniciativa e o protagonismo são características que floresceriam nos indivíduos com a abstenção total do Estado.

O senso comum estima, segundo Dardot e Laval (2016), a ostensiva neoliberal como uma reabilitação do *Laissez-Faire*, isto é, das políticas liberais. O liberalismo consiste em corrente de pensamento político-econômica do século XVIII, que defende a atuação limitada do Estado. Em tal perspectiva, o mercado consiste no principal provedor de todos os subsídios necessários para a fonte da sobrevivência humana e por intermédio da propriedade privada e da liberdade irrestrita, os indivíduos têm a possibilidade de estabelecerem suas próprias transações comerciais meio aos próprios interesses, pois, não haveria mais a figura do Estado.

Entretanto, Oliveira (2022) argumenta que mais do que uma reestruturação das políticas libertárias, o neoliberalismo promove uma alteração radical do mercado, em sua organização e governo. Logo, não se trata mais de uma concepção comercial naturalista, mas, sim, de uma nova reorganização que requer a intervenção ativa do Estado no ordenamento da sociedade em torno da norma do mercado e nos seus princípios base. Nesta perspectiva, recordemo-nos da tese argumentativa de Margareth Thatcher ao defender explicitamente que “a economia é o método. O objetivo é mudar o coração e a alma”. Tal afirmativa sinalizará a real distinção entre o liberalismo e a hegemonia neoliberal, pois, para que a racionalidade econômica possa penetrar o íntimo individual e se estabelecer como uma retórica única, torna-se imprescindível a intervenção estatal na reeducação da dimensão social e psíquica.

No decorrer das décadas de 1970 e 1980 que os objetivos dos neoliberais, as oligarquias burocráticas e políticas, em conjunto com grandes atores financeiros internacionais, ganharam força acelerando processos como o desmonte do Estado como um aparato de bem-estar social, o avanço de privatizações, além da lógica empresarial no interior das entidades públicas, fazendo seu gerenciamento em nome do capital financeiro. Os prescritivos neoliberais, para Dardot e Laval (2016), disseminam uma série de técnicas de dominação que agem sobre a liberdade dos indivíduos, produzindo neles conformações que afetam nas relações sociais.

No entanto, o neoliberalismo não é apenas uma doutrina econômica, sim, certa racionalidade de governo (Foucault, 2008) que não se reduz a sua forma econômica, se expande para as múltiplas esferas da vida social, moldando novas subjetividades. Tal racionalidade diminui o papel do Estado na produção de normas regulatórias de fiscalizações por meio de suas instituições e desmonta direitos de proteção social historicamente conquistados, pois, perante essa norma, quanto maior for a desproteção social, maior será a busca dos indivíduos pelo desenvolvimento das suas potencialidades.

Compreender a norma neoliberal como uma racionalidade (Dardot e Laval, 2016), é atentar-se o para o seu poder de persuasão com base no incentivo à liberdade individual, o livre mercado, da competitividade, do gozo pelo desempenho, da naturalização da acumulação de riquezas, além da lógica de gerenciamento e vigilância. Para que haja uma razão governamental, isto é, a inscrição de uma racionalidade, são propagadas normativas que servem como uma ferramenta para administração das condutas humanas.

Não há, portanto, uma ausência ou distanciamento por parte do Estado, mas, sim um desvio de atenção do cenário econômico para as esferas sociais e psíquicas, com objetivo de “levar os sujeitos a não se verem mais como portadores e mobilizadores de conflitos estruturais, mas como operadores de performance, otimizadores de marcadores não problematizados” (Safatle, 2020, p. 21). Harvey (2008) defenderá que nenhuma hegemonia se instaura sem antes penetrar nas aspirações humanas. Se esse conjunto de conceitos obtém êxito, eles se tornam concepções inquestionáveis para o senso comum. Assim, seus princípios e valores fundamentais são apresentados como instrumentos que ocultam suas verdadeiras intenções, que são concentrar o poder nas mãos daqueles que possuem capital.

As resistências e os questionamentos às ideias neoliberais são propagados por meio das estratégias de persuasão, propaganda e, não raro, até mesmo com uso da força policial para reprimir as oposições a essa ofensiva. Há também, (Safatle, 2020) a estratégia discursiva dos neoliberais em reconfigurar terminologias de ordem psicológica e moral nas suas argumentações, com o intuito de legitimar sua força e isentá-los de qualquer espécie de contestação na ordem político-econômica. Como resultado, a lógica que rege a economia de mercado é concebida pelos indivíduos como uma realidade estável, não passível de modificação. Aqueles que discordam da submissão e ousam questionar métodos predatórios empregados apresentam um comportamento irracional, imoral e infantil diante das suas obrigações e responsabilidade de gerenciar a própria vida.

Estendendo a racionalidade do capital para as vastas as dimensões sociais, a ofensiva neoliberal induz o indivíduo a se conceber como uma empresa e, a partir disso, deverá estar constantemente atento às melhores oportunidades, tecendo um cálculo econômico de investimentos que perpassa a vida profissional. Com o acirramento neoliberal, vemos a adesão do discurso de que as flexibilidades nas condições de trabalho devem ser ampliadas, resultando na descaracterização das leis trabalhistas, do senso de carreira e da identidade profissional.

Os indivíduos tornam a relacionar-se com o trabalho de maneira superficial, em cargos com curta duração e condições precária, além, é claro, do incentivo ao mercado informal. Para Menchise, Ferreira e Álvarez (2023), desde a promulgação da Constituição Federal brasileira, observa-se que a adoção das políticas neoliberais nos últimos trinta anos têm promovido duras consequências para a população, como por exemplo, o aumento no cenário de desigualdades, a violência urbana, a precarização do trabalho pelo desmonte das leis trabalhistas e do incentivo ao mercado informal. A eficiência e eficácia são compreendidas como valores que são

designados aos indivíduos, em que são submetidos em meio a avaliações frequentes, exigindo de si, uma produtividade irreal e a superação constante dos seus limites. O preço por tal performance é o comprometimento saúde mental.

### **2.3 Neoliberalismo e o sofrimento individual**

Diante da carga de responsabilidade e das fortes pressões que a racionalidade neoliberal designa aos indivíduos, Cambaúva e Júnior (2005) chama-nos atenção para os reflexos que as premissas neoliberais podem apresentar para a estruturação psíquica dos indivíduos e para o corpo social, pois, alijados da proteção do Estado, resta a sobrecarga do autogerenciamento e bem-estar individual, contribuindo para uma regressão narcísica aos estágios mais primitivos de onipotência, especialmente em indivíduos das classes média e baixa. Uma vez inscritos nessa racionalidade, o coletivismo perde espaço para o individualismo, onde o investimento libidinal é direcionado para si próprio.

A supervalorização do indivíduo contribui com a ruptura dos laços sociais e os lança em meio as relações superficiais e a utilização de mecanismos de defesa que lhes deem suporte diante das ameaças de aniquilação, de abandono e de rejeição. Nesse caso, o superego que corresponde a uma estrutura do psiquismo responsável por internaliza as normas e regras sociais, diante das expectativas e das demasiadas cobranças, poderá ser a de que assuma uma postura sádica (Cambaúva e Júnior, 2005). Diante de uma subjetividade assentada nos princípios neoliberais, os indivíduos passam a atribuir para si uma culpa excessiva toda vez que quando não conseguem superar as adversidades. Isto configura sofrimento psíquico.

O sofrimento psíquico, para Ceccarelli (2005), não possui uma definição única, estável, pois cada contexto histórico-político foi atravessado por uma tentativa de nomeação e compreensão da gênese do sofrimento psíquico, bem como suas implicações para o indivíduo e para a sociedade. Na contemporaneidade, o conceito de sofrimento psíquico é descrito por Safatle (2020, p. 10):

[...] como uma noção-chave para nossos propósitos, porque ele localiza-se de modo intermediário entre, por um lado, os sintomas e sua regularidade clínica e, por outro lado, o mal-estar e suas conflitivas existenciais. Nem todo sintoma nos faz sofrer, e nem toda forma de sofrimento é um sintoma. Determinar qual sofrimento é legítimo e qual não é, portanto, é uma questão não apenas clínica, mas também política.

Tal afirmativa parte da argumentação feita pelo autor de que a ofensiva neoliberal promoverá uma transformação no saber psiquiátrico, a partir da modificação proposta no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), no ano de 1978, em sua terceira edição. Nela, abandona-se categorias psicanalíticas importantes como as neuroses, na medida em que se volta para a definição dos transtornos mentais. Para além do embate de interesses econômicos que englobam as indústrias farmacêuticas com seus medicamentos milagrosos para lidar tanto com o sofrimento advindo da conjuntura social ou para potencializar a performance individual. O neoliberalismo irá impor uma nova gestão social que implicará a reconfiguração da gramática do sofrimento.

O neoliberalismo descobriu que é possível extrair lucro do sofrimento individual, governando os indivíduos de acordo com o cálculo econômico que espera-se dele. Oliveira (2022) explica que em prol de tal objetivo é feita uma racionalização desejada, a qual basicamente consiste em penetrar o íntimo do indivíduo, vinculando-se o modo como o indivíduo é governado à maneira como se autogoverna. Em outras palavras, os indivíduos são tomados por uma retórica ilusória de que possuem a liberdade para se autogerir do modo como desejar, sem sucumbir ao controle e coerção. A partir disso, integram para si a responsabilidade pelo seu gerenciamento e pela superação constante de seus limites, mascarando a retórica entre o explorador e o sujeito explorado.

Byung-Chul Han (2015) afirma que na sociedade do desempenho, o culto à positividade e ao poder ilimitado têm como a principal consequência a produção de um indivíduo depressivo e fracassado, uma vez que ao internalizar as pressões de gerenciamento em um mundo vasto de possibilidades e livre das amarras coercitivas, o indivíduo coloca-se em uma disputa interna por desempenho que o lança em uma auto exploração. Dessa forma, o adoecimento psíquico é resultado de uma sociedade pautada na falsa retórica de liberdade e no desempenho padecedor.

Com isso, cada período histórico ditará o modo pelo qual devemos nos relacionar, conceber, manifestar e até mesmo lidar com o sofrimento psíquico. A ofensiva neoliberal e a sua recusa em reconhecer o sofrimento psíquico como algo de origem social, parece responsabilizar os indivíduos por suas próprias mazelas decorrentes dos métodos predatórios empregados em prol dessa nova racionalidade. Neste embate de poder, há um investimento para “mobilizar a aspiração à ‘realização pessoal’ a serviço da empresa, transferindo exclusivamente

para o indivíduo, contudo, a responsabilidade pelo cumprimento dos objetivos. O que, evidentemente, tem um alto custo psíquico para os indivíduos (Dardot; Laval, 2016, p. 229)”.

Importante salientar, que Christopher Dejours também rastreia a origem de novas modalidades do sofrimento psíquico ao modelo neoliberal e aos métodos perversos empregados na organização do trabalho dada a racionalidade que advém dele. Tal tese será abordada articulada a estimativa obtida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a ocupação e desocupação profissional no município de Corumbá-MS.

## II – MULHERES NEGRAS: A EROSÃO DE DIREITOS NAS AGENDAS NEOLIBERAIS

### 2.1 Reivindicações das mulheres negras latino-americanas

A luta das mulheres rumo à uma posição de igualdade aos homens na sociedade é permeada por mecanismos de inferiorização, opressão e silenciamento. Em especial, a história da escravização negra nas Américas evidencia como esses elementos resultam em uma marginalização daquelas identidades silenciadas por um passado colonial. O movimento feminista latino-americano, isto é, composto por um grupo de mulheres brancas, heterossexuais, casadas e de classe média alta, teve seu surgimento por volta do século XIX, quando descontentes com os papéis sociais, tais mulheres travam uma trajetória rumo a reivindicações de seus direitos (Davis, 2016).

Betty Friedan (2020) tece uma análise crítica aos papéis sociais deste mesmo grupo as mulheres brancas, casadas, heterossexuais, escolarizadas e de classe ocupavam na sociedade, antes da mobilização feminista. Para ela, as concepções patriarcais da época teciam uma leitura da condição feminina atrelada aos afazeres domésticos, ao matrimônio e à maternidade. Assim, desde muito novas, as mulheres foram incentivadas a buscarem um bom matrimônio por meio do aperfeiçoamento de funções tidas como femininas, isto é, lhes eram ensinadas o manejo do alimento, a higienização das roupas familiares, o cuidado com os filhos e até mesmo corte e costura. Tal leitura formulada pelo patriarcado e pelo sexismo permeou pelas esferas da condição feminina até resultar no que Friedan denominou como sendo “o problema sem nome” (Friedan, 2020, p.21).

As mulheres brancas ansiavam por algo que mal conseguiam denominar e estavam demasiadamente insatisfeitas com seus papéis sociais. Embora esse grupo de mulheres privilegiadas possuísse tudo aquilo que a norma patriarcal determinava, isto é, um laço matrimonial, herdeiros e uma boa condição financeira, ainda sim, faltava algo em suas vidas (Friedan, 2020). Após tal grupo de mulheres constatar de que não se tratava de um sentimento singular, mas uma insatisfação de cunho coletivo, mobilizam-se coletivamente para alcançarem aquilo que lhes faltavam, isto é, carreiras profissionais e uma inserção política.

Contudo, quando bell hooks (2019) faz uma crítica à obra Friedan, cuja análise defende que as mulheres não queriam estar limitadas aos afazeres domésticos, mas que pretendiam

participar da vida política com trabalho fora de casa, hooks destaca o fato de o feminismo branco não apresentar uma leitura adequadamente das realidades vivenciadas pelas mulheres negras e pelas mulheres brancas pobres. Para ela, as personagens citadas por Betty Friedan em sua busca pelo fim das opressões sexistas, desconheciam as experiências das mulheres pretas, lésbicas, mãe solo que eram silenciadas, e também não colocaram em pauta quem ficaria em seu lugar enquanto trilham uma carreira fora de casa.

No trecho a seguir, hooks comenta o discurso feminista de Betty Friedan,

Friedan termina o seu primeiro parágrafo dizendo: "Não podemos continuar a ignorar a voz dentro das mulheres que diz: «Eu quero algo mais, para além do meu marido, dos meus filhos e da minha casa»". A autora define este "mais" como carreiras. Não se referiu quem seria chamado a tomar conta das crianças e cuidar do lar se mais como ela fossem libertadas dos seus trabalhos domésticos e beneficiassem da igualdade de acesso às profissões como os homens brancos. Não falou das necessidades das mulheres sem marido, sem filhos, sem lares. Ignorou a existência das mulheres não brancas e das mulheres pobres. Não disse ao leitores se ser uma criada, uma ama, uma trabalhadora fabril, uma empregada de balcão ou uma prostituta é mais gratificante do que ser uma dona de casa pertencente à classe do lazer (hooks, 2019, p. 13).

Durante o período colonial estadunidense, as mulheres negras foram submetidas a constantes violações sexuais, físicas e psicológicas, como também exploradas em uma jornada de trabalho integral desempenhada tanto nas lavouras, quanto nas indústrias. Seus corpos foram reduzidos a mercadoria pelos colonizadores, não havendo uma distinção de gênero para que tais explorações pudessem ocorrer. Como afirma Ângela Davis (2016), as mulheres negras destinavam a mesma força de trabalho que os homens escravos, somando-se às torturas e à dominação psicológicas e sexuais. Para essas mulheres, suas capacidades reprodutivas serviam de instrumentos para os colonizadores expandirem os seus poderes, de modo que elas não gozavam sequer da possibilidade de serem donas de seus lares ou então mães de seus filhos.

De que forma, então, o feminismo branco poderia afirmar que a partir da perspectiva de gênero, que as mulheres eram vítimas do mesmo modo de um sistema opressor e patriarcal? Ou, ainda, de que as mulheres brancas de classe média, heterossexuais e casadas poderiam saber quais são as reivindicações maiores do que as outras. Davis (2016) afirma que um dos fatores que contribuiu para a mobilização de tantas mulheres brancas de classe abastadas ao movimento abolicionista, organizado no ano de 1931, foi a associação da condição feminina aos instintos maternais. Naquele período, o ideário feminino restringia uma parcela feminina à ocupação de donas de casas, na medida que as afastava das esferas políticas.

Assim, a união desse coletivo de mulheres abastadas a luta antiescravista foi fundamental tanto para os homens negros, uma vez que aumentava o número de pessoas a causa, quanto para as esposas de médicos, advogados, banqueiros que recém-libertas dos seus afazeres domésticos, se unem a mobilização e obtém novos significantes, como ativistas (Davis, 2016). Convém considerar que, embora as mulheres brancas pobres, operárias, também integrassem a causa abolicionista, contribuindo com pouco dinheiro que recebiam. O prestígio se conferiu para daquelas que apresentava um nível de escolaridade, uma boa fluência verbal e que sequer precisavam exercer o trabalho remunerado.

Na trajetória em busca da reivindicação de seus direitos, tanto o movimento abolicionista, quanto o feminismo branco não consideravam adequadamente que as mulheres negras sempre estiveram mais associadas a força de trabalho do as brancas, e mais exploradas do que os homens negros. Torturadas, chicoteadas, dominadas e abusadas sexualmente pelos colonizadores, as escravas negras iniciavam o trabalho explorador na lavoura ainda na infância e os exerciam mesmo na condição de gestantes, na vida adulta. Essas mulheres, sequer eram convocadas para os espaços de debate promovidos pelas feministas brancas. Como então, poderia esse feminismo exercer uma representação a todas as mulheres?

Segundo hooks (2019), enquanto as feministas brancas defendiam que o gênero era um fator imprescindível para o destino de uma mulher. As mulheres negras argumentavam que outros fatores, como a raça, são fatores determinantes para caracterizar as formas de opressão que um indivíduo poderá vir a vivenciar. Tecendo leituras divergentes, o feminismo hegemônico apresentava hostilidade a uma perspectiva de feminismo que considerasse o gênero, a raça e a classe social. Na óptica das feministas brancas, isso representava uma alteração no foco principal do movimento. Dessa forma, as produções das mulheres negras eram criticadas ou até mesmos ignorados por esse coletivo por não serem consideradas produções acadêmicas. Sequer consideravam suas opiniões a respeito das pautas feministas, como classe e questões de gênero.

Em meio a esse cenário, ocorre, portanto, a mobilização das mulheres invisibilizadas, isto é, das mulheres negras, contrapondo as teses feitas pelas mulheres brancas, de elite. Em suas argumentações, as mulheres negras defendem que não há um elo de experiências em comum, abarcando a complexidade de suas vivências que, em muitos casos, desafiam a estrutura social sexista, classista e racista vigente na sociedade e impacta diretamente na constituição de suas subjetividades. Em vista disso, abre-se um espaço para um debate crítico, até mesmo dentro do

próprio feminismo branco, sobre a leitura de que o movimento apresentava sobre as questões envolvendo o gênero desde o seu surgimento, nos anos 1960 (hooks, 2019).

Reivindicando um lugar de fala, o feminismo negro surge da necessidade de considerar não somente as experiências das mulheres negras, mas, de todos os grupos marginalizados. Grada Kilomba (2019) faz uma distinção entre sujeitos e objetos, apontando que, os sujeitos são aqueles possuem a possibilidade de se autonear, são narradores de suas próprias histórias. Enquanto para os objetos, a narrativa é construída e moldada pelo olhar do outro, isto é, do colonizador. Dessa forma, narrativas são legitimadas como um meio de justificar o passado colonial e as relações de poder que advêm dele.

No Brasil, assim como em todos os países lusófonos, a própria língua portuguesa, para Kilomba (2019) parece glorificar o legado colonial que encarrega uma posição subalterna para a população negra feminina, pois, a generalização dos conceitos frequentemente se concentra em termos masculinos, mesmo nos casos em que há a ausência do mesmo. Tal subalternidade não implica a ausência de voz, mas na credibilidade das mulheres negras de terem seus discursos ouvidos e legitimados. Pela boca, o colonizador encontrou um modo de silenciar e dominar as mulheres negras para se abster de tudo aquilo que teria de reconhecer, caso essas mulheres tivessem oportunidade de construir suas narrativas.

Ainda conforme a autora, o colonialismo, com suas brutalidades e genocídios se naturaliza pela ausência de uma associação nítida das políticas de desumanização com o período histórico em questão. Nessa invisibilidade de narrativas, os brancos projetam para os corpos negros os significantes que não desejam reconhecer como seus, fundamentando uma outroridade, pois, nessa dinâmica as dessemelhanças, a marginalidade construída, a sexualidade e a agressividade são usadas para conferir uma identidade de poder ao homem branco. Este último é expresso como parâmetro da benevolência, moralidade e civilidade.

Para Cida Bento (2022), a expansão colonial denuncia como foram construídas as relações de poder, que configuram a marginalização para um grupo em detrimento ao outro. Os europeus, durante o período de expansão, atribuíram significantes aos povos que encontravam pelo caminho por sua dessemelhanças. Uma vez rotulados como exóticos e ameaçadores, o parâmetro europeu se consolidou como um parâmetro identitário, despertando o entendimento sobre a branquitude. Dessa forma, a branquitude foi se construindo à medida que os europeus

no processo de expansão foram se apropriando dos artifícios materiais e simbólicos dos povos originários e a partir de tal apropriação, foram moldando novos parâmetros.

Entretanto, devemos ressaltar que o legado colonial não foi rentável somente para as famílias colonizadoras, dado que a população branca empobrecida usufruiu das melhorias na qualidade de vida proporcionadas pelo desenvolvimento econômico. Não apenas a mão de obra escrava também encarregava-se do trabalho braçal. Cida Bento (2022) denuncia que apesar de tal constatação, apenas os corpos negros carregam consigo o legado colonial, sendo frequentemente associados à marginalização e mão de obra, na medida que a população branca abstém sua participação, usufruindo dos privilégios configurados. Dessa forma, a produção das mulheres negras emerge como um ato político para desconstruir as relações de poder e privilégio. Ao construir suas próprias narrativas, tais personagens rompem o silenciamento imposto, colocando-se como protagonistas de suas histórias.

A interseccionalidade é um conceito postulado por Kimberlé Crenshaw, uma feminista negra, da área do direito, a partir da constatação de que as vivências enfrentadas por mulheres negras não eram postas em pauta pelo feminismo das mulheres brancas e tampouco pelo movimento antirracista, que mais enfatizava os homens negros (Akotirene, 2019). Como uma nova instrumentalidade, essa ferramenta analítica que possibilita a reflexão das diversas experiências e interseções vividas pelos corpos negros e marginalizados diante das opressões exercidas por uma sociedade eurocivilizada, cisheteropatriarcal.

Como uma correção das assimetrias sociais, Patrícia Hills Collins e Sirma Bilge (2020) entendem que a óptica interseccional fornece um aparato necessário para a compreensão sobre o modo como as múltiplas formas de dominação e discriminação se encontram entrelaçadas. Isso possibilita que elementos como raça, gênero e classe social sejam considerados no momento de formulação de políticas afirmativas, garantindo uma inclusão aos grupos discriminados e o acesso igualitário aos seus direitos, a justiça e equidade social.

## 2.2 Neoliberalismo e o desmonte da proteção social

Sueli Carneiro (2011) reflete sobre a argumentação feita por Joaquim Nabuco, em sua obra “O abolicionismo<sup>1</sup>”, onde o autor defende que o passado colonial deixaria profundas cicatrizes para a sociedade brasileira, devido à ausência de estratégias que possibilitasse a inserção da população negra, recém-emancipada no seio social, pois o ideário de uma hierarquia racial favorece a perpetuação das práticas discriminatórias e o acesso desigual aos direitos básicos.

Tal observação permite à considerar a predominância de duas perspectivas ideológicas que contribuíram para a invisibilidade da pauta racial no cenário político brasileiro: a primeira o mito racial, no qual o Brasil seria um país fundamentado pelas miscigenações; e a segunda à luta de classes, a qual não consideraria a raça como um fator determinante do lugar social (Carneiro, 2011). A pauta racial se integra à luta de classes, a partir de reivindicações, como por exemplo, aquelas promovidas pelas mulheres negras. A interseccionalidade aposta que é por meio do entrelaçamento dos elementos raça e classe social que as assimetrias políticas, econômicas e sociais se tornam mais evidentes.

O mandato do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso é descrito por Sueli Carneiro (2011) como a primeira gestão presidencial a tecer um questionamento sobre as problemáticas envolvendo a questão racial, no Brasil. Posteriormente, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva promove mudanças significativas em termos de ampliação do acesso a crédito e ao consumo e de representatividade social, na medida em que amplia o acesso às universidades públicas, convoca pessoas negras para ocupar postos na composição de cargos parlamentares. Com essa inserção de novos sujeitos políticos ocorrem mudanças significativas, na medida em que passam a considerar elementos como raça e gênero na formulação e implementação das políticas públicas.

Contudo, tais medidas políticas não foram suficientes para estabelecer uma estruturação sólida de proteção social para as camadas mais vulneráveis, em meio as administrações futuras (Menchise, Ferreira e Álvarez, 2023). A temática da exclusão social (Wanderley, 2008), é uma questão debatida amplamente no campo das políticas públicas devido a compreensão de que tal

---

<sup>1</sup> Para ter acesso à obra na íntegra, visite: NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. São Paulo: Publifolha, 2000. Disponível em: < [https://objdigital.bn.br/Acervo\\_Digital/Livros\\_eletronicos/abolicionismo.pdf](https://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/abolicionismo.pdf) >

fenômeno social não é característico somente em países pobres, mas, também, se apresenta em países cujas disparidades sociais se estabeleceram a partir do modelo econômico. No Brasil, as Políticas de Assistência Social emergem na terceira década do século XX, fruto da luta de classes, com o objetivo de combater as disparidades sociais e promover a justiça e a equidade social.

Tal tentativa de instaurar políticas de bem-estar social foi ameaçada pelo avanço da hegemonia neoliberal e suas propostas de acumulação financeira, que promoveram ações de desmonte dos coletivos e reafirmaram ainda mais o lugar de subalternidade e submissão. Na medida em que os serviços assistenciais são desmantelados essencialmente aos mais necessitados, “a livre competição, característica do mercado capitalista, também ocupou espaços de comercialização do sofrimento psíquico” (Accorssi, Scarparo e Guareschi, 2012, p. 542). Isto pois, o neoliberalismo emprega técnicas de arruinam os direitos sociais, os laços de solidariedade e os movimentos sindicalistas.

Em face disto, torna-se imprescindível compreender os agentes que exercem influência direta na autonomia do Estado como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). Como explicam Accorssi, Scarparo e Guareschi (2012), essas instituições foram fundadas no governo norte-americano no período pós-guerra e pretendiam gerir o novo arranjo econômico e político. É a partir da década de 1950, que há uma ascensão da doutrina neoliberal propagada pelo grupo de economistas denominados de “Chicago Boys”. Para concessão de empréstimos financeiros, o FMI e o Banco Mundial (Accorssi, Scarparo e Guareschi, 2012) impõem uma série de diretrizes que, em muitos casos, são opostas às complexidades presentes nos países.

Com o intuito de uma expansão econômica, essas instituições atuam de forma coercitiva, propondo uma série de ajustes fiscais que limitam a independência dos governos. Isto implica na autonomia dos governos, que tornam-se dependentes do mercado financeiro internacional. Os impactos das reformas neoliberais podem ser observados no desmantelamento das políticas públicas e no crescimento das assimetrias sociais. Pinto e Paiva (2022) afirmam que as Políticas de Proteção Assistenciais são construções em que o Estado estabelece, ainda que minimamente, intervenções nas problemáticas causadas devido ao modelo de produção capitalista. Dessa forma, as políticas sociais são tidas como ações de estado que carregam uma historicidade ligadas a gestão da subalternidade e benemerência, que atribuem estigmas aos seus usuários.

As políticas de ajustes econômico disseminadas pelos neoliberais, agravam ainda mais o cenário de pobreza, uma vez que englobam cortes de verbas e privatizações.

Para Euzébios (2016), a ascensão neoliberal transmite uma concepção de que as tentativas por parte das políticas de justiça social para superar as desigualdades haviam sido esgotadas e o Estado deveria sair de tal função. Nesta perspectiva, é, meio a sua face assistencialista que são introduzidas novas formas para lidar com as disparidades sociais, como por exemplo, a adoção de ações focalizadas, isto é, direcionadas aos mais necessitados. Com isso, as desigualdades sociais são naturalizadas, a pobreza é relativizada, a coletividade perde espaço para o individualismo e os direitos sociais são descaracterizados pela ofensiva neoliberal.

Segundo Menezes *et al.* (2022), as mulheres negras em situação de pobreza ocupam a centralidade das políticas públicas assistências, atribuindo a responsabilidade pelo desempenho da família. No Programa de transferência de renda, dentre eles, o mais popularizado o Programa Bolsa Família (PBF), as usuárias recebem mensalmente um valor atribuído mediante a renda e número de dependentes, que deve se converter nos subsídios necessários para a sobrevivência familiar. Fundado sob o segundo mandato do Fernando Henrique Cardoso e reformulado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no ano de 2003, o Bolsa Família traz ênfase para os programas de transferência de renda, onde em seguida, uma série de programas sociais são integrados nele, ampliando a sua potencialidade na seguridade social.

Contudo, Euzébios (2016) chama-nos atenção para a constatação de que apesar das políticas de transferência de renda ampliarem o poder de compra da população mais vulnerável, pouco incide verdadeiramente nas raízes das desigualdades sociais ou na monopolização socioeconômica.

### III – MULHERES PERIFÉRICAS NO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ - MS

#### 3.1 O Município de Corumbá sob a óptica da racionalidade neoliberal

Como abordado nas seções anteriores, a hegemonia neoliberal perpassa o cenário econômico, estendendo uma lógica de mercado para as esferas individuais, organizações e todo contexto social. Tal racionalidade, apresenta um significativo poder de persuasão e em prol do capital financeiro, os indivíduos são encorajados a buscarem a superação das adversidades sem subsídio do Estado, por meio da meritocracia, da competitividade e do gerenciamento. Contudo, o preço pago por demasiadas pressões pode ser a saúde mental, em vista de que esse cenário favorece a inscrição de quadros patológicos, principalmente para os indivíduos que já enfrentam discriminações raciais, de classe e de gênero, como no caso das mulheres negras. Assim, podemos indagar quais as implicações da racionalidade neoliberal para o sofrimento psíquico das mulheres negras que residem nas áreas periféricas em Corumbá, município do interior do Estado de Mato Grosso do Sul?

O Município de Corumbá encontra-se em território brasileiro, na região Centro-Oeste, no interior do Estado de Mato Grosso do Sul. Em uma extensão territorial fronteiriça com os países da Bolívia e do Paraguai, a região também integra a América Latina, considerada uma zona periférica, a partir da teoria de sistema-mundo capitalista proposta pelo sociólogo estadunidense Immanuel Wallerstein<sup>2</sup>. Conforme explica Martins (2015) a teoria de Wallerstein propõe uma divisão da estruturação mundial em três níveis principais, sendo eles: centro, periferia e semiperiferia. Os países distribuídos no centro exercem uma predominância em relação aos demais, dada a fabricação de um alto valor agregado, isto é, a produção de um bem, serviço ou produto que incorporará um valor significativamente maior do que os custos produtivos. Isso também implica uma mão de obra qualificada que lhe possibilitem vantagens competitivas no mercado.

Ao passo que, os países periféricos desempenham a produção de produtos com um valor inferior e disponibilizam mão de obra e matéria-prima para sustentar a posição central. Por fim,

---

2 Ver a obra de Immanuel Wallerstein disponível na íntegra, WALLERSTEIN, I. **Civilization matérielle, économie et capitalisme** – 1. Le structures du quotidien. Paris, Armand Colin, 1979. Disponível no perfil oficial do autor: <<http://www.immanuelwallerstein.com>>

os países da semiperiferia exercem uma função intermediária, uma vez que não detém mão de obra altamente qualificada, limitando sua produção produtos a bens primários. Nesta perspectiva wallersteiniana, tais países semiperiféricos agem como amortecedores para conter que as problemáticas dos países periféricos alcance os países da posição central. Importante ressaltar que essa classificação não é permanente, e que cada país tem a capacidade de transitar entre as posições centro, periferia, a partir dos seus aspectos políticos, econômicos e culturais.

Entre os séculos XIX e XX, Elisa Freitas (2017) afirma que o território corumbaense exerceu um papel imprescindível para o alicerce econômico latino-americano. Esse fato se deu graças à vasta extensão fluvial do Rio Paraguai que abrange desde a região do Mato Grosso, na chapada dos Parecis, estendendo-se até o município de Corrientes, na Argentina. Fundada com intuito de atender aos interesses geopolíticos do Brasil, que, no período de guerra com o Paraguai carecia de defesa territorial, uma vez que a região corumbaense apresenta uma localização fluvial estratégica a qual propiciou condições para que transações comerciais nacionais e internacionais pudessem ser feitas, ao término do embate.

Todavia, a florescência do setor pecuário configurou em um desafio para o governo brasileiro, pois, empresários de naturalidade argentina e paraguaia estavam adquirindo terras na região. Com intuito de conter tais avanços, o Brasil elaborou uma estratégia alternativa para viabilizar o acesso ao Oceano Atlântico, por meio da criação da ferrovia noroeste no ano de 1914, integrando o Estado de São Paulo ao Município de Corumbá. Entretanto, a construção da malha ferroviária, para Paixão (2005), irá retirar a ênfase das transações comerciais anteriormente feitas pelas bacias fluviais, resultando em um declínio econômico para a região que perde o seu posto de centro comercial para a capital paulista.

Posteriormente, em face de integrar áreas mais desenvolvidas a regiões com menores índices de desenvolvimento, o Estado brasileiro conforme Freitas (2013) fomentou uma série de incentivos ao setor agrícola, ao setor industrial à agropecuária por intermédio do I Plano de Desenvolvimento Nacional (IPDN). Tal investimento contribuiu para que Campo Grande se consolidasse como um novo polo econômico do Estado de Mato Grosso do Sul. Como consequência de tais transformações, observa-se que a reconfiguração do cenário socioeconômico restringiu as relações comerciais de Corumbá ao entorno mais próximo. Distante 420 km da capital, restou se relacionar com municípios como Ladário, no Brasil, Puerto Suarez e Puerto Quijarro, na Bolívia (Pereira, 2007).

Na contemporaneidade, o município apresenta um status periférico com algumas atividades que têm um impacto econômico substancial como a extração de minério de ferro, calcário e manganês. Além do turismo, da pesca e do comércio local, ainda que essa atividade comercial não se iguale aos centros urbanos (Freitas, 2017). Segundo a estimativa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022), a região apresenta 96.268 hab., dos quais 371 habitantes são identificados como quilombolas e 536 indígenas. Ao total, esses grupos representam cerca de 0,96% da população municipal. Já na extensão territorial, o município abrange 64.432,450 quilômetros quadrados e densidade demográfica é de 1,49 quilômetros quadrados, e encontram-se distribuídos 37.869 domicílios particulares ocupados, 107 domicílios coletivos e 73 ocupações improvisadas (IBGE, 2022).

Esses números informam que a região apresenta um número populacional consideravelmente inferior à estimativa feita no ano de 2021, ao qual previa aproximadamente cerca de 112.669 habitantes (IBGE, 2021). Contudo, é possível constatar que apesar da queda, a composição populacional da região é diversificada, graças à presença das comunidades quilombolas e etimologias indígenas. Em relação ao gênero, a população feminina é composta por 48.578, representando 50,5% da população total. Os 47.690 restantes equivalem a 49,5% da população masculina restante (IBGE, 2023).

No mais, não há elementos nestes dados que viabilize com precisão uma compreensão da parcela da população negra feminina que reside no município, tampouco, das áreas periféricas em questão. Também não foram encontradas informações desse cunho ou sobre políticas públicas de saúde mentais ofertadas no município no site da prefeitura municipal de Corumbá e no sistema de monitoramento de políticas étnico-raciais fundado pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

Em 2010, os dados demonstram que a taxa de escolarização no município de 6 a 14 anos de idade era de 94,7%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 66 de 79. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 5092 de 5570 (Ibge,2010). Em relação ao mercado de trabalho, os dados fornecidos também pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2021) denotam também outro aspecto fundamental para a análise da conjuntura econômica da região, pois, na estimativa feita no ano de 2021, onde a composição populacional era de 112.669 hab., apenas 18.491 da população ativa se encontrava

em vínculos de trabalho formais, representando 16,4%. Enquanto que, a taxa de desocupação na região representava por volta de 94.207.

Também em 2021, o salário médio mensal correspondia a 2,8 salários mínimos no contexto do trabalho e rendimento. Em comparação com os demais municípios do estado, esse município ocupava as posições 6 e 40 de um total de 79, indicando sua posição relativa em termos de remuneração (IBGE, 2021). No entanto, não há informações recentes disponíveis que demonstrem a conjuntura do desemprego atual, especialmente em relação ao gênero e a raça.

A racionalidade neoliberal também implicará a habitação e o acesso aos centros urbanos, pois as cidades tornam-se cada vez mais apreendidas por um ideário de segurança que resulta em uma segregação social. Conforme explicam Amador e Fernandes (2016) com as privatizações propostas pelo neoliberalismo, há uma mudança na perspectiva das cidades como espaços geográficos com capacidades inventivas para zona de habitação, cuja acessibilidade populacional é restrita. Com tal mudança de perspectiva, a renda e as leis da competitividade são elementos que refletem no modo como os indivíduos estabelecem suas interações sociais, que passam a ser ditadas com base na posição econômica que ocupam.

É a noção foucaultiana de “*homo oeconomicus*” que torna a ditar a existência dos indivíduos em meio a um sistema com formulações insensíveis, cruéis e que colabora para a inexistência daqueles que não alcançam seus valores. Os indivíduos que não conseguem se adequar às exigências neoliberal são tidos como um perigo em potencial, sendo privados e dessocializados. Em contrapartida, há naqueles que conquistaram o direito de habitar um temor pelo desemprego, pois a perda do emprego configurará uma privação dos privilégios conquistados. Neste viés, em uma lógica de mercado que captura os anseios dos indivíduos, o trabalho é tido como um meio de capitalização subjetiva.

Para Dejours (2007), a ameaça da derrocada econômica permeia o seio social e em prol da racionalização econômica, recorre-se a métodos cruéis no mercado de trabalho desde a dispensa daqueles que não se encontram aptos para o combate, como os jovens inexperientes, idosos, enfermos e até a extração de níveis demasiadamente cruéis de produtividade, abnegação e eficiência da população ativa por meio da persuasão. Tal embate econômico dispensa o uso armamentista, porque, sua efetividade é maior e mais sutil na medida que se volta aos sacrifícios individuais e coletivos em prol da produtividade.

Neste viés, a competitividade é o elemento fundamental em jogo nessa disputa de poder. Nesse embate os indivíduos sobrepõem até mesmo aos princípios éticos, as regras e os laços de solidariedade, submetendo-se aos sacrifícios que favorecem o aumento na concentração do capital e o esvaziamento da subjetividade. Para Dejours (2007) com o neoliberalismo, são inaugurados novos métodos na organização do trabalho, como a avaliação individual do desempenho que propagam um cenário de medo e incertezas. O trabalho não é tido mais como aquele que proporciona segurança e estabilidade aos indivíduos e com isso, os laços de coletividade são esvaziados, impossibilitando uma resistência coletiva.

Desse modo, tanto o temor ao sofrimento psíquico, quanto o desemprego aparecem na sociedade como uma mera adversidade e não são devidamente rastreados como consequência do sistema político-econômico. Também não são capazes de desencadear uma indignação e mobilização coletiva em oposição as perversidades das gestões. Dejours (2007) chama a atenção o fato de que a banalização dessa injustiça social não ser algo produzido individualmente, mas, sim, ter origem no meio social. Nela, faz-se implicada a responsabilidade daqueles que retroalimentam o sistema por meio do uso de estratégias individuais que os levam a permanecer nesse sistema cruel pelo temor ao desemprego e pelo uso de estratégias que os levam suportar tal sofrimento sem padecer psicologicamente.

O discurso economicista associa o fenômeno do desemprego a uma causalidade do destino, isto é, uma adversidade das leis naturais do mercado. Como resultado, o insulto a auto performance e a busca por resultados exponenciais são estratégias que vem sendo propagadas para intensificar a exploração no âmbito trabalhista. Nesse sentido, a banalização da injustiça social e a concepção ilusória de que o perigo está presente nas ruas e, por isso, as cidades devem ser vigiadas e controladas levam à privação da camada mais vulnerável da população do direito de habitar.

As pessoas são alocadas nas periferias, e aqueles que têm poder investem em serviços de segurança privada, controlam as formas de circulação, estabelecem novos arranjos de encarceramento nos espaços públicos, os quais têm como efeito, dentre outros, tecer ataques à coletividade. No município de Corumbá, foram identificadas algumas estratégias de fortalecimento dos vínculos coletivos não-governamentais como a Central Única das Favelas

(CUFA)<sup>3</sup> fundada inicialmente no Centro-Oeste, no Município de Dourados no ano de 2007 e posteriormente, em Campo Grande e Corumbá. Tal organização é comprometida com o fortalecimento das comunidades marginalizadas e concentra suas intervenções nas regiões periféricas, abordando questões locais e promovendo o fortalecimento dos laços comunitários por meio de ações políticas, sociais, esportivas e culturais.

E o Instituto da Mulher Negra do Pantanal (IMNEGRA)<sup>4</sup> foi fundado no ano de 2006, com a finalidade de emponderar as mulheres negras da região na luta por seus direitos e cidadania. Está instituição realiza capacitações profissionais voltadas para o corte e costura, além de prestar auxílio direcional para a população quilombola do município. Contudo, não foi possível desenvolver uma articulação com os grupos coletivos dada as implicações burocráticas devido à escassez de tempo para a submissão e aprovação do comitê de ética.

---

3 CUFA CORUMBÁ. (2023) Central Única das Favelas Corumbá – MS. FACEBOOK. Disponível em: < [Cufa Corumbá | Corumbá MS | Facebook](#)>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

4 IMNEGRA PANTANAL. (2022) Carta aberta à comunidade. INSTAGRAM. Disponível em: < <https://www.instagram.com/imnegra.pantanal>>. Acesso em: 20 de novembro de 2023.

#### IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

À guisa de conclusão, podemos dizer que quando a norma que rege o cenário econômico expande sua racionalidade de gerenciamento para as múltiplas esferas do contexto social, os mais afetados são aqueles indivíduos que, por si só, não conseguem superar as expectativas performáticas sem subsídio do Estado. Isso decorre, pois, devido ao fato de que o neoliberalismo produz novas formas de subjetivação individual pautada na despolitização da vida, na quebra dos laços de solidariedade e na primazia do indivíduo como seu próprio capital humano. Assim, livres das amarras estatais para negociar sua força de trabalho, obtém êxito aquele que melhor consegue se autogerir. Tal incentivo busca atender a uma finalidade que é reduzir a intervenção estatal no mercado financeiro e nas pautas sociais, como um meio de alocar recursos financeiros de forma eficiente.

Como consequência, da hegemonia neoliberal e a racionalidade que advém dela, o preço pago pela performance é a saúde física e mental, pois, favorecem a inscrição do sofrimento psíquico e de quadros patológicos, sobretudo para a população negra feminina que reside em áreas periféricas. Esse público pode ser o mais implicado com a restrição da autonomia dos governos exercida pelas entidades internacionais como o Banco Monetário Internacional e o Banco Mundial, que para a concessão de empréstimos financeiros estipulam políticas austeras. Como resultado, descaracteriza-se as políticas de proteções sociais e, em muitos casos, os direitos humanos, pois tornam-se ações focalizadas de proteção social que tão pouco incide nas raízes problemáticas sociais e reafirma novas exclusões. O Estado é um operador do neoliberalismo encarnado no território, isso significa que a redução na intervenção direta contribui tanto para a manutenção, quanto a perpetuação das desigualdades sociais.

Em uma região do interior, como é o caso de Corumbá, os dados obtidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, demonstram que há a presença de uma população diversificada no município, além de uma expressiva taxa de desemprego na região. Contudo a escassez de informações a respeito do público-alvo e das zonas periféricas, parece denunciar o sucesso da designação de responsabilidade pessoal, pois, não há elementos quantitativos e qualitativos que ilustrem com precisão e confiabilidade a realidade das mulheres negras nas periferias do município, tampouco, a contribuição de tal racionalidade para a saúde mental. Diante dessa lacuna, faz-se necessários novos estudos voltados para a temática neoliberal e para a população negra periférica, enfatizando-se as mulheres negras, uma vez que são elas quem

mais sofrem as opressões de raça, gênero, territorialidade e com a falta de interferência do Estado nos conflitos sociais.

## REFERÊNCIAS

- Accorssi, A.; Scarparo, H.; Guareschi, P. **A naturalização da pobreza:** reflexões sobre a formação do pensamento social. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 536–546, 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/LJ8znTF6NHKcPPYVfWCBzb/?lang=pt>>. Acesso em: 16/03/2023.
- Akotirene, C. **Interseccionalidade.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro). pp. 13-33.
- Amador, F., S.; Fernandes, D., R. **Cidades (in) habituais:** considerações sobre neoliberalismo e resistência. *Fractal: Revista de Psicologia*, v. 28, n. 2, p. 252-256, maio-ago. 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/fractal/a/ncmhW67N3tzNwGWCxjRd3Vg/>>. Acesso em: 17/03/2023.
- Bento, C. **O pacto da branquitude.** São Paulo: Companhia das Letras, 2022. pp. 14-27.
- Cambaúva, L. G.; Junior, M. C. S. **Depressão e neoliberalismo:** constituição da saúde mental na atualidade. *Psicologia Ciência e Profissão*, 2005, 25(4), 525–535. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pcp/a/cnjj5w3mdgrrRBSHqdc9FF/>>. Acesso em: 16/03/2023.
- Carneiro, S. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil.** São Paulo: Selo Negro, 2011. pp.14-40.
- Ceccarelli, P. **O sofrimento psíquico na perspectiva da psicopatologia fundamental.** *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 471-477, set./dez. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pe/a/FmK5qrc9BB5ZksDdRKFK6pj/>>. Acesso em: 05 de dezembro de 2023.
- Collins, P. H.; Bilge, S. **Interseccionalidade.** Tradução Rane Souza. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020. pp.16-55.
- Dardot, P. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal / Pierre Dardot; Christian Laval; tradução Mariana Echalar. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. pp.7-321.
- Davis, Â. **Mulheres, raça e classe.** Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016. pp.23-82.
- Dejours, C. **A banalização da injustiça social.** Tradução de Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. pp. 13-35.
- Euzébios, A. F. **Sobre ideologias e programas de transferência de renda no Brasil.** *Psicologia & Sociedade*, v. 28 (2), n. 2, p. 257-266, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/XXb3Tngn8HFzFyBjqCLKbrQ/>>. Acesso em: 16 de março de 2023.
- Foucault, M. **Nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978/1979); sob a direção de François Ewald e Alessandro Fontana; tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudio Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008. pp. 3-38.

Freitas, E. P. **Corumbá (MS) e as metamorfoses nas políticas brasileiras de ordenamento territorial e seus impactos na região de fronteira Brasil-Bolívia**. Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. ISSN: 2447-9195. *Geofronter*, Campo Grande, n.3, v.1, janeiro a junho de 2017, p. 16-29. Disponível em: <<http://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

Freitas, E. P. **Território, poder e biocombustíveis: as ações do Estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção de recursos energéticos**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>>. Acesso em: 22 dez. 2020.

Friedan, B. **A Mística Feminina**. Tradução de Carla Bitelli e Flávia Yacubian; revisão de tradução por Bhuvi Libanio e Marina Vargas. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosas dos Tempos, 2020. pp.17-61.

Han, B. C. **Sociedade do cansaço** / Byung-Chul Han; tradução de Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Harvey, D. **O neoliberalismo: História e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. pp.11-48.

hooks, b. **Teoria Feminista: Da margem ao centro**. 1ª edição. Perspectiva, 2019. pp.1-27.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2010). **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 de janeiro de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). **Censo Demográfico 2021**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2023). **Censo Demográfico 2023**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 03 de outubro de 2023.

Kilomba, G. **Memórias da plantaçao**: Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019. pp. 27-70.

Martins, J. R. **Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?** Iberoamérica Social: *revista-red de estudios Sociales* (V), pp. 95-108, 2015. Disponível em: <<https://iberoamericasocial.com/immanuel-wallerstein-e-o-sistema-mundo-uma-teoria-ainda-atual/>>. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.

Menchise, R., M.; Ferreira, D., M.; Álvarez, A., L., F. **Neoliberalismo, políticas públicas e desigualdade: uma análise principalmente do Brasil**. *Dilemas, Ver. Estud. Conflito Controle Soc.* – Rio de Janeiro – Vol.16 – nº1 – jan.-abr 2023 – pp. 1-21. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/dilemas.v16n1.49274>>. Acesso em: 18 de março de 2023.

Meneghetti, F. K. **O que é um ensaio-teórico?** *Revista de Administração Contemporânea* [online]. 2011, v. 15, n. 2. Pp. 320-332. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-65552011000200010>>. Acessado em 29 janeiro 2024.

Menezes, R. C. F.; Esmeraldo, A. F. L.; Xavier, N. F.; Ximenes, V. M. **Mulheres em situação de pobreza nos contextos do programa Bolsa Família e da vida nas ruas.** *Psicologia Política*, vol. 22, n. 55, pp. 538-533, 2022. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v22n55/v22n55a03.pdf>>. Acesso em: 23 de março de 2023.

Oliveira, C. S. **Neoliberalismo, sofrimento e indiferença.** *R. Katálysis.*, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 365-373, maio-ago. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82611>>. Acesso em: 30 de outubro de 2023.

Paixão, R. O. **Globalização, turismo de fronteira, identidade e planejamento da região internacional de Corumbá/MS.** Tese (Doutorado) – Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Departamento de pós-graduação em geografia humana, Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.8.2006.tde-21062007-141550>>. Acesso em: 11 de setembro de 2023.

Pereira, J. G. **O patrimônio ambiental urbano de Corumbá-MS: Identidade e planejamento.** Tese (Doutorado) - Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas, Departamento de pós-graduação em geografia humana, Universidade de São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/T.8.2007.tde-12022008-104218>>. Acesso em: 04 de novembro de 2023.

Pinto, M. A.; Paiva, F. S. **Pobreza, subalternidade e rupturas: problematizações acerca dos sujeitos na política de assistência social.** *Psicologia Política*. Vol.22. n.55. pp.520-537, 2022. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2022000300002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2022000300002)>. Acesso em: 17 de março de 2023.

Safatle, V. N. S. J. **A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral.** In: Safatle, V.; Silva Junior, N.; Dunker, C. (org.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico.** Belo Horizonte: Autêntica, 2020. pp.14-42.

Wanderley, M. B. **Refletindo sobre a noção de exclusão.** In: Sawaia, Bader (org.) **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008, pp. 16-26.